

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Fabiane Correia da Cunha¹

Resumo: Este artigo objetiva descrever as ações de Educação Ambiental (EA) desenvolvidas no município de Cruz das Almas-BA. Os resultados permitiram identificar que, no âmbito da Prefeitura Municipal, as ações de EA são realizadas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Identificou-se também atividades ambientais de iniciativas independentes da sociedade civil e do Poder Público local. Embora o meio ambiente faça parte da agenda do município, acredita-se que a responsabilidade não deve partir apenas da iniciativa pública, mas cabe aos indivíduos sensibilizar-se de que é preciso construir caminhos que possibilitem a preservação de um meio ambiente socialmente justo e equilibrado.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Política Nacional de Educação Ambiental.

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: fabiane_correia@hotmail.com.

Revbea, São Paulo, V. 13, N° 3: 76-95, 2018.

Introdução

Atualmente as implicações da construção histórica da relação sociedade-natureza têm instigado na sociedade a busca por alternativas de superação da crise socioambiental que vivenciamos. Diante disso, o que chama atenção é que, enquanto os países intensificavam a busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, começaram a surgir com mais impacto várias manifestações da crise ambiental, caracterizada principalmente pela industrialização desenfreada, aceleração dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional e degradação da natureza. Na tentativa de buscar alternativas que minimizem esta problemática, a EA apresenta os elementos potenciais para, com valores, responder a essa necessidade (SILVA, 2015).

É notório que os problemas ambientais influenciem estados e municípios a pensarem em políticas públicas ou planos de ações tendo em vista re(educar) a sociedade de maneira a estimular processos continuados que possibilitem alternativas para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. O presente trabalho insere-se justamente nesse contexto, na medida em que conduz a seguinte situação problema: Quais as principais ações desenvolvidas na área de EA no município de Cruz das Almas?

O município em questão está situado na sub-região do Recôncavo Sul Baiano, a 146 km de Salvador, a capital da Bahia. Apresenta uma área de densidade demográfica de 402,12 (hab/km²); é limitada pelos municípios de Muritiba, São Felipe, São Félix e Sapeaçu (Figura 1), sendo a sua população estimada em 2017 de 64.932 habitantes. A atividade agrícola é predominante na região sendo que, as maiores plantações são de fumo, laranja e mandioca. O mesmo ainda se destaca por ser um polo regional na prestação de serviços relacionados à educação, com a presença de escolas públicas e particulares, além de uma universidade pública e outras faculdades privadas.

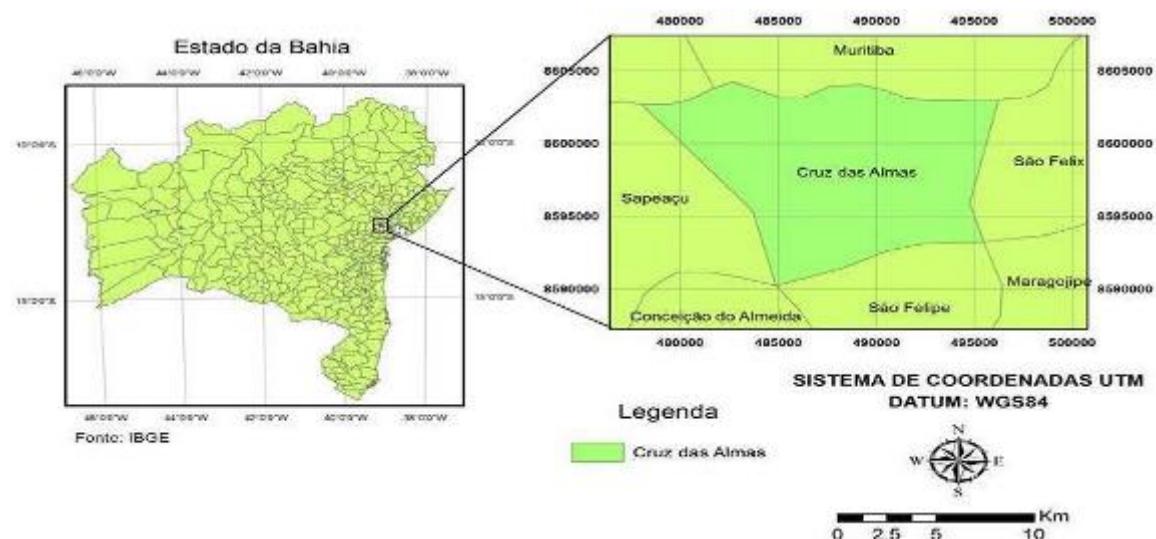


Figura 1: Mapa de Localização do Município de Cruz das Almas.

Fonte: Neves (2014).

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 3: 76-95, 2018.

O município tem sua cobertura vegetal original de floresta tropical (Mata Atlântica). O maior e principal remanescente é a Mata de Cazuzinha (Figura 2), cuja área gira em torno de 13,6808 ha. Essa área de mata vem guardando atributos originais e sobreviveu à política de crescimento ao longo da história local, ao crescimento da exploração de madeira, às plantações de lavouras, às queimadas para implantação de pastagens, à expansão urbana exacerbada, à poluição ambiental e à ausência de uma política florestal nacional e estadual. Atualmente é utilizada como parque ecológico para visitas em dias de campo (NEVES, 2014).

Ainda segundo Neves (2014), o segundo remanescente é o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto (Figura 3), apresenta área corresponde a 1,9122 ha e fica localizado no interior da Embrapa Mandioca e Fruticultura - um espaço público federal. A preservação dessa área encontra-se num momento de regeneração de sua biodiversidade. Essa mata é considerada como Área de Proteção Permanente (APP), com a finalidade de proteger uma nascente inserida em seu interior, além de ser também utilizada como parque ecológico para visitação.



Figura 2: Área da Mata de Cazuzinha.
Fonte: Google Earth (2018).



Figura 3: Área do Parque Geraldo Pinto.
Fonte: Google Earth (2018).

Tomando como referência o problema apresentado anteriormente e que irá nortear o presente trabalho, define-se como objetivos específicos: identificar se o município possui uma Política Municipal de EA, apresentando seus objetivos, princípios e diretrizes; apontar os órgãos gestores responsáveis pelo desenvolvimento da EA; analisar as questões socioambientais que estão sendo abordadas no cenário da EA; apresentar as ações que estão sendo concebidas e implementadas pelos gestores no desenvolvimento da EA para envolver os indivíduos e a coletividade.

Para percorrer o caminho que possibilite encontrar respostas para o questionamento que aqui se apresenta, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando-se de uma abordagem qualitativa implementada a Revbea, São Paulo, V. 13, N° 3: 76-95, 2018.

partir da aplicação das técnicas de levantamento de dados bibliográficos e documentais, bem como da realização de entrevistas e estudos de campo.

Os estudos de campo, aqui traduzidos na realização de visitas à Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, permitiram identificar que as ações de EA são de responsabilidade e execução de dois órgãos: a Secretaria de Educação e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Ainda assim, foi possível encontrar iniciativas independentes da sociedade civil que fazem o trabalho de EA e independente do Poder Público dentre estas, a Associação de Catadores e Triagem de Materiais Recicláveis de Cruz das Almas (Associação Cata Renda Ambiental).

Embora esteja sendo desenvolvidas ações na área de EA no município, acredita-se que a responsabilidade pelas questões ambientais não deve partir apenas do Poder Público, mas cabe aos indivíduos sensibilizar-se de que é preciso construir caminhos que possibilitem a preservação de um meio ambiente socialmente justo e equilibrado. A realização do presente trabalho não assume caráter definitivo, uma vez que a realidade está em constante transformação. Diante disso, é necessário que o tema abordado continue sendo pesquisado em novos estudos.

Fundamentação Teórica

EA: Contextos e Conceitos

A relação do homem com o meio ambiente físico desde os primórdios da humanidade sempre ocorreu de forma direta e natural, no entanto, tem sofrido diversas transformações com o passar dos anos. Num primeiro momento, o ser humano se aproximava da natureza para retirar desta apenas o essencial para a sua sobrevivência. Com o passar do tempo, passou a explorá-la de acordo com as suas necessidades, não levando em consideração a possibilidade de exauri-la contribuindo, dessa forma, para a instalação da crise ambiental, em decorrência do modelo de desenvolvimento instalado no século XVIII, onde impera a lógica da produção para o mercado (SILVA, 2015).

Como respostas às necessidades de buscar alternativas que minimizem a crise ambiental, a EA representa a possibilidade de motivar e sensibilizar a sociedade para transformar as diversas formas de participação na defesa de uma melhor qualidade de vida, além de permitir a criação de novos comportamentos que promovam uma consciência ética frente ao modelo de desenvolvimento vigente, caracterizado pelo caráter predatório e pelas desigualdades socioambientais (JACOBI, 2003).

Vários foram os esforços concentrados em eventos nacionais e internacionais que demonstraram a crescente preocupação com a questão ambiental. Em 1972, o Clube de Roma publica o relatório “Os Limites do Crescimento”, que estabeleceu modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro

se não houvesse modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados (DIAS, 2004).

Ainda no ano de 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a Conferência de Estocolmo, onde estiveram presentes 113 países que elaboraram um Plano de Ação Mundial, a “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano”, atendendo a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que serviriam de inspiração e orientação a humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano (DIAS, 2004). Segundo Silva (2015), a partir disso nasce à sugestão para a criação de um Programa Internacional de EA, sendo elaborado em 1975, o qual contou com a colaboração da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Já em 1977, em Tbilisi, na Geórgia, é realizada a I Conferência Intergovernamental sobre EA organizada pela UNESCO em colaboração com o PNUMA. A Conferência de Tbilisi, como ficou conhecida, constituiu-se em ponto de partida de um Programa Internacional de EA (iniciado em 1975 pela UNESCO/PNUMA), contribuindo para precisar a sua natureza, definindo seus objetivos e princípios, bem como as medidas pertinentes no plano nacional e internacional e que, nos dias atuais, é considerado o evento decisivo para os rumos da EA no mundo (DIAS, 2004).

No Brasil, é apenas em 1988 que a Constituição da República Federativa do Brasil delega ao Poder Público a obrigação de promover a EA em todos os níveis de ensino. A partir da Constituição Federal, a EA passou a se evidenciar efetivamente nas atividades de órgãos e instituições dos governos e de organizações não-governamentais (MENDONÇA, 2004).

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Conferência Rio-92, a qual contou com a participação de 170 países, e considerou a EA como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. Durante o evento, foi elaborada a “Carta Brasileira para EA”, reconhecendo esta como uma das alternativas mais relevantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e a melhoria da qualidade de vida humana (BRASIL, 2005). Como desdobramento desta Conferência, foi produzida a Agenda 21 - que correspondeu a um Plano de Ação para a sustentabilidade humana, reconhecendo a EA como o processo de difusão do desenvolvimento sustentável a ser adotada pelos países visando uma perspectiva para a cooperação internacional (DIAS, 2004).

Finalmente, no ano de 1999 é promulgada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a qual apresenta os princípios e objetivos da EA incluindo-os em todos os níveis da educação formal e em todos os setores da sociedade, estabelecendo que o Ministério da Educação (MEC) seja o responsável pela EA no ensino formal e o Ministério do Meio Ambiente pelo ensino não-formal (MENDONÇA, 2004).

Os diversos marcos históricos que foram sendo consolidados influenciaram para que EA fosse conceituada e definida de distintas maneiras, tanto por diferentes autores como pelos documentos oficiais. Jacobi (2005) afirma que, a EA é uma das condições necessárias para modificar o quadro crescente da degradação ambiental, e se caracteriza como mais um instrumento de mediação fundamental entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações almejadas.

Dias (2004) defende que, a EA é uma das formas de promover a real compreensão da existência e da relevância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar aos indivíduos a possibilidade de adquirir conhecimentos, valores e atitudes para proteger os recursos naturais e; induzir novas formas de conduta nas pessoas, nos grupos sociais e na sociedade, tornando-as aptas a buscar soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da qualidade de vida.

Vale ressaltar que, nas definições citadas anteriormente, há a presença de pontos semelhantes que possibilitam compreender a EA como sendo uma forma de educação que permite o empoderamento e autonomia dos indivíduos para a prática da cidadania responsável e consciente visando a consolidação de um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, nota-se também que em todas elas o ato de “cuidar” está destacado, o que necessariamente engloba “valores” como respeito e afetividade que, de forma significativa, se irmanam aludindo sempre atitudes e comportamentos (BAHIA, 2013).

A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/1999

A Lei nº 9.795/1999 envolve em sua linha de ação os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino; órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; além das organizações não-governamentais com atuação nessa área (BRASIL, 1999).

Conforme a referida Lei, a EA é um componente fundamental e permanente da educação nacional devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Dentre os seus objetivos merecem destaque, de acordo com Brasil (1999, p. 2):

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

[...].

A Lei trata ainda da EA no ensino formal e no ensino não-formal. Compreende-se que a EA no ensino formal é aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a Educação Básica, Superior, Especial, Profissional e de Jovens e Adultos (BRASIL, 1999). Contudo, é importante lembrar que a EA em especial, não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, mas deve estar presente nas ações educativas, pois ela “[...] é *um processo de educação, e não uma disciplina, então, trata-se de uma prática pedagógica interdisciplinar, que deve ser desenvolvida em todos os níveis de ensino [...]*”.

(ADAMS, 2012, p. 2149).

Em relação a EA no ensino não-formal, a Lei à define em seu Artigo 13º como “[...] as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. (BRASIL, 1999, p. 4). Portanto, cabe ao Poder Público nos níveis federal, estadual e municipal, incentivar, dentre outras coisas, a difusão de informações relacionadas ao meio ambiente; a participação das escolas, universidades, empresas públicas e privadas e de organizações não-governamentais no desenvolvimento de programas ambientais não-formal e; a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação (BRASIL, 1999).

Conforme o texto da legislação, para que um Estado ou município execute de forma compartilhada e eficiente uma política na seara ambiental, é necessário que estes tenham, no mínimo, dois conselhos: o Conselho Municipal de Educação (responsável pelo ensino da educação formal) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (ficando com a responsabilidade de executar o ensino da educação não-formal) (BRASIL, 1999).

Diante do exposto, entende-se que a importância da EA em favor de uma sociedade mais justa e sustentável é cada vez mais reconhecida por se constituir um dos meios de enfrentamento da degradação ambiental em escala nacional, estadual e local. Em vista disso, a Política Nacional de Educação Ambiental trata-se de um forte instrumento que traz em seu cerne os subsídios para a formação de uma cidadania sintonizada com a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

A Operacionalização da EA no Âmbito Nacional, Estadual e Local

Considerando os marcos históricos e legais da EA no país, cabe questionar sobre a forma como são operacionalizadas as políticas ambientais no plano nacional, estadual e local, tendo como menção a existência de projetos ou programas. Desse modo, destaca-se o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que foi desenvolvido pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente definindo os objetivos, a missão e suas linhas de ação. Em um de seus objetivos, o plano visa fomentar a transversalidade da EA através da internalização e difusão da dimensão ambiental no conjunto do governo, das entidades privadas e do terceiro setor (BRASIL, 2005).

No âmbito estadual, a Lei nº 12.056/2011 instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia e o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA/BA), sob a elaboração da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) cujas diretrizes, estratégias e linhas de ação estão em consonância com o PRONEA. Segundo o PEA/BA, a elaboração da Lei nº 12.056/2011 baseou-se numa metodologia de construção participativa e ocorreu de maneira articulada à consulta pública, realizada nos 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia como estratégia de articulação democrática, que dispõe sobre os requisitos necessários para a execução da Política de EA, além de estabelecer os órgãos de gestão, obrigações e direitos do Estado e de seus parceiros (BAHIA, 2013).

O programa aborda a territorialidade, a comunicação e a transversalização como eixos estruturantes na sua concepção, e a avaliação como um dos instrumentos estratégicos de gestão para possíveis melhorias e aperfeiçoamento da EA. Além destes eixos estruturantes, o PEA/BA indica oito estratégias para o seu desenvolvimento, dentre os quais: a EA no Ensino Formal, no Ensino Não-Formal, na Gestão das Águas, no Saneamento Ambiental, na Gestão das Unidades de Conservação, na Gestão Municipal, no Licenciamento e na Educomunicação Socioambiental (BAHIA, 2013).

Como já citada anteriormente, em Cruz das Almas, as ações de EA são desenvolvidas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Existe uma articulação de ambas na execução de atividades que tem como finalidade envolver os sujeitos, de maneira individual e coletiva, em programas de preservação, conservação e melhorias na qualidade de vida e do meio ambiente. Sobre isso, Brasil (1999, p. 1) prevê que seja incumbido:

[...] ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Além disso, existe em Cruz das Almas iniciativas independentes da sociedade civil que fazem o trabalho de EA de forma indireta e independente dos Poderes Públicos, a exemplo da Associação Cata Renda Ambiental, a qual desenvolve suas atividades através de um programa de coleta seletiva de materiais recicláveis, com o objetivo de conferir a estes produtos uma destinação correta, que seria a reciclagem e/ou reutilização dos materiais e, consequentemente, gerar renda ao grupo dos associados.

Metodologia

Levando em consideração os objetivos traçados, trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando-se de uma abordagem qualitativa implementada, uma vez que aponta para a descrição da problemática a qual se discute, visando caracterizar o objeto e as questões investigadas. Além disso, envolve como procedimentos técnicos:

- Pesquisa Bibliográfica: Elaborada a partir do levantamento e análise de estudos publicados em artigos científicos, dissertações, livros e consulta à sites na Internet.
- Pesquisa Documental: Elaborada a partir do levantamento e análise de documentos oficiais como legislações vigentes e programas relacionados ao tema em destaque.
- Pesquisa de Campo: Realizada, primeiramente, junto aos principais órgãos no município que desenvolvem ações na área da EA, quando foi possível definir um recorte da pesquisa. Para isso, procurou-se coletar os dados junto a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, cujos funcionários indicaram a Secretaria de Educação e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente como as responsáveis pela execução das atividades de EA. Também, foram coletados dados junto à Associação Cata Renda Ambiental, que dispõe de um Programa de EA desde o ano de 2010.

De posse dessas informações, foram realizadas quatro entrevistas durante o mês de outubro de 2016: 02 na Secretaria de Educação, 01 na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e 01 na Associação Cata Renda Ambiental. Nesta fase, foram aplicados três questionários estruturados e diferenciados, contendo perguntas abertas, onde as respostas foram sendo transcritas para a própria folha de questões e captadas por meio de áudio, com o auxílio de um gravador.

Nesse cenário, buscou-se entrevistar as pessoas que tivessem maior relação e/ou envolvimento nas ações de EA nas instituições visitadas. Assim, na Secretaria de Educação, o diálogo aconteceu com a Coordenadora de um programa de EA e com a Diretora de Departamento de Ensino - também engajada nas atividades desde tipo; na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a entrevista ocorreu com um Engenheiro Sanitarista e Ambiental - o qual participa de todas as ações encontradas e; na associação de catadores,

foi entrevistada a Presidente - apontada pelos demais membros como a associada mais engajada nas atividades ambientais.

Na etapa de tratamento dos dados coletados, procurou-se realizar uma leitura cuidadosa e transcrição das entrevistas, visando garantir o anonimato no nome dos entrevistados.

Resultados e Discussões

Ações da EA na Esfera Pública Municipal

Ao iniciar as primeiras coletas de informações junto à Secretaria de Educação, ficou constatado que existe o desenvolvimento de programas e projetos de EA em todas as escolas públicas municipais das zonas urbanas e rurais, além da realização de ações e atividades pontuais em eventos de cunho ambiental que acontecem no município.

Nas escolas rurais, a Secretaria executa o Programa Despertar em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/BA), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia e Comércio (FAEB) e Sindicatos. Desenvolvido pelo SENAR/BA desde o ano de 2005, o Programa Despertar tem como objetivo desenvolver no educando, por meio de um processo pedagógico participativo continuado, a consciência crítica sobre a problemática ambiental da atualidade no espaço rural, respaldado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e enfatizando em suas atividades temas transversais, como saúde, ética, consumo, trabalho e cidadania, elegendo o tema meio ambiente como o principal vetor das atividades (SENAR, 2016).

A responsável pelas informações durante a entrevista foi a própria Coordenadora do Programa Despertar, que explicou como são desenvolvidas as ações nas escolas. De acordo com a mesma, o Programa tem nove núcleos na Bahia, sendo que Cruz das Almas pertence ao núcleo cinco, juntamente com mais cinco municípios do Território do Recôncavo da Bahia: Camamu, Ituberá, Nazaré das Farinhas, Santo Antônio de Jesus e Santo Amaro. A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Educação, assinou o convênio de parceria com o SENAR/BA em fevereiro de 2014 para viabilização, implantação e o desenvolvimento do Programa nas escolas públicas municipais do ensino fundamental localizadas nas zonas rurais.

Além de atender aos temas transversais, o principal foco do Programa no município direciona-se para o assunto meio ambiente, inserindo a EA nas questões socioambientais associadas à água, adubação orgânica, alimentação, arborização e resíduos sólidos. O público-alvo são estudantes, professores, coordenadores e, indiretamente, os pais dos estudantes, estendendo-se à comunidade.

Para a execução das atividades, a Secretaria de Educação promove, inicialmente, oficinas de capacitação para os professores que lecionam nas áreas rurais, com a finalidade de formar educadores ambientais que abracem a

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 3: 76-95, 2018.

causa ambiental, assumindo a responsabilidade de formar sujeitos que conheçam o ambiente em que vivem e exercitem a cidadania. A primeira fase da capacitação possui uma carga horária de 20 horas e, posteriormente, são realizadas oficinas a cada três meses. Nesta ocasião, os professores passam por treinamentos teóricos e práticos e recebem materiais didáticos, constando de manuais com tópicos relacionados as mais diversas temáticas ambientais.

De acordo com a Coordenadora, o Programa inclui a EA de forma interdisciplinar, ou seja, aborda o tema em todas as disciplinas da educação básica de modo que relaciona seus conteúdos conceituais para compreendê-la de forma articulada e significativa para os educandos. Para que a escola desenvolva a EA consciente a partir de uma abordagem interdisciplinar, são acionadas a maior quantidade de disciplinas possíveis através da Pedagogia por Projetos em EA, uma vez que a mesma favorece a interdisciplinaridade que tanto se busca. Analisando a “Cartilha Manual do Professor” (SENAR, 2016), foi possível identificar o passo-a-passo para que os professores construam, juntamente com os alunos, projetos pontuais na comunidade em que fazem parte:

- Através de propostas pedagógicas, os estudantes constroem um diagnóstico socioambiental do espaço no qual se encontram. Dessa forma, eles têm a oportunidade de identificar uma situação real que desejam problematizar ou potencializar, a qual vai impulsionar o desenvolvimento de um determinado projeto;
- Uma vez identificada à situação a ser trabalhada, são acionadas as áreas do conhecimento necessárias ao que se deseja trabalhar por meio da articulação de diferentes disciplinas;
- Tendo como ponto de partida a questão encontrada, são identificados os conhecimentos que convergem para as intenções a serem desenvolvidas, considerando o que se deseja: resolução de um problema ou potencialização de uma situação. Assim, o tema ou a situação identificada indicarão quais conhecimentos devem ser acionados para organizar os procedimentos e posteriormente agir;
- Por fim, os professores se reúnem com os alunos na escola para desenvolver uma proposta pedagógica que permita discutir a situação identificada em suas disciplinas e formular os projetos.

Dentre os projetos na área de EA desenvolvidos no âmbito do Programa Despertar, a Coordenadora fez um recorte dos que mais se destacam. Primeiramente, se destacam os projetos na área de arborização, que tem como objetivo plantar mudas de árvores nativas ao redor das escolas e no entorno das comunidades rurais a fim de favorecer a estética e melhorar o ambiente rural no qual a escola está inserida. A coordenação da escola se reúne com os funcionários e os pais dos alunos para sensibilizá-los à respeito das etapas dos projetos e propor a colaboração deles no plantio e conservação

das árvores. Para a execução dessas atividades, existe uma articulação com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - que coordena o Viveiro Municipal, de onde são cultivadas as mais variadas espécies de plantas e, portanto, cedem as mudas para a realização do reflorestamento no ambiente rural, e parcerias com a Superintendência de Trânsito e Transporte Municipal - que colabora fazendo o deslocamento das mudas diretamente para as escolas. Por meio desses projetos, as comunidades rurais que anteriormente passaram por um processo de desmatamento, estão ganhando uma nova estética ao ser arborizadas pelos estudantes em colaboração com os moradores.

Destaca-se também, projetos na área de coleta seletiva de resíduos sólidos na zona rural. As atividades visam estimular os estudantes a identificarem espaços dentro do ambiente rural que possuem uma quantidade expressiva de lixo e que, dessa forma, representam perigos ao meio ambiente e à saúde humana. Nesta perspectiva, os discentes são instruídos a ir a campo coletar os resíduos e alertar a comunidade sobre os cuidados que devem ser adotados no tratamento dos materiais decorrentes das atividades agropecuárias e evitar principalmente, que estes sejam queimados. A Secretaria de Serviços Públicos colabora com os projetos coletando os resíduos gerados pelos moradores e destinando-os ao Aterro Sanitário Municipal. Através dessas atividades, os alunos conseguiram pôr fim a pequenos lixões que eram amontoados com o passar do tempo.

Ganha destaque ainda, projetos que envolvem técnicas de adubação orgânica, o qual surgiu em meio à percepção dos discentes de que a população utilizava com frequência agrotóxicos no cultivo das lavouras. Na tentativa de minimizar esta ação, os estudantes desenvolveram, juntamente com os educadores, um estudo à respeito de alternativas de adubação orgânica e concluíram que, na maioria das zonas rurais, existe a lavoura da mandioca sendo que, as cascas que antes eram descartadas, poderiam servir como um composto para a adubação de hortas, jardins e outras lavouras em geral. Através de relatos de estudantes e visitas às residências, a Coordenadora do Programa Despertar identificou que os moradores têm adotado esta alternativa.

Por fim, existem projetos na área de preservação das águas, em que os estudantes vão à campo mapear os rios e os lagos de sua comunidade que estão passando por um processo de poluição. Posteriormente, as pessoas são alertadas à buscar alternativas para proteger e revitalizar as nascentes que foram degradadas.

A pesquisa de campo permitiu identificar que existem outras ações de EA que acontecem nas escolas urbanas, estendendo-se também para as rurais. A Secretaria de Educação dispõe de um projeto de combate e prevenção do mosquito Aedes Aegypti, transmissor das doenças Dengue, Zica Vírus e Chikungunya. O projeto “Um por todos e todos por um: do combate à prevenção do Aedes Aegypti”, como ficou conhecido, tem como objetivo realizar campanhas de alerta contra o mosquito de forma interdisciplinar em todas as escolas municipais de Cruz das Almas. Existe apoio da Secretaria

Municipal de Saúde, cujos agentes de endemias visitam as escolas para realizar atividades lúdicas com os alunos e propor alternativas para evitar a proliferação do mosquito. Paralelo a isto, a Secretaria de Educação ainda desenvolve atividades pontuais de EA nos eventos específicos em comemoração ao mês Nacional da Água e do Meio Ambiente. Para recolher informações à respeito desse assunto, foi realizada uma entrevista com a Diretora do Departamento de Ensino, lotada na Secretaria de Educação.

Segundo a Diretora, no mês em que se comemora o dia da Nacional Água, por exemplo, são realizadas parcerias com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) com o propósito de sensibilizar os estudantes sobre a importância da conservação deste recurso natural. As palestras são realizadas pelos funcionários da EMBASA e ocorrem em todas as escolas da rede pública municipal, incluindo o ensino infantil fundamental. Na oportunidade, é discutida a importância da água para a vida humana, os cuidados com o racionamento e o desperdício, bem como as alternativas para prevenir a proliferação de mosquitos transmissores de doenças graves e letais.

Em comemoração ao dia Nacional do Meio Ambiente - mês de junho, são realizadas atividades em parceria com monitores do “Programa Mais Educação”. Os monitores atuam ministrando minicursos e oficinas voltados para a ideia de sensibilização ambiental nas escolas selecionadas, quando são discutidos os mais variados temas, tais como: água, resíduos sólidos, reflorestamento, biodiversidades, dentre outros. Os resultados decorrentes desse movimento, são apresentadas no Arraiá da Laranjinha - evento junino que ocorre anualmente no município e abre espaço para as escolas municipais apresentarem diferentes trabalhos desenvolvidos com os educandos.

Já na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a entrevista foi realizada com o Engenheiro Sanitarista e Ambiental, que sinalizou a existência de três projetos na área de EA. O primeiro deles, é o “Projeto Cidade Verde Arborização Urbana”, que tem como objetivo preservar o meio ambiente e propor uma melhor qualidade de vida para a população por meio da arborização urbana. Esse projeto é estendido à toda população, que permite o plantio de árvores próximas às suas residências, colaborando no cultivo e cuidado com o seu crescimento. O entrevistado alega que o projeto surgiu da necessidade de melhorar as áreas urbanas que se encontravam deficientes em relação à arborização sendo que, o reflorestamento poderia solucionar esta problemática. O mesmo acredita que o plantio das árvores traz diversos benefícios para a zona urbana: diminuindo a temperatura do ambiente, reduzindo a poluição sonora, absorvendo gás carbônico e liberando oxigênio e humanizando a cidade.

O segundo projeto consiste em coletar pneus velhos de veículos automobilísticos, tanto no interior das residências quanto nas ruas, praças e avenidas. Entendendo-se que os pneus levariam anos para se decompor na natureza (por possuírem em sua composição matérias-primas altamente resistentes), a Secretaria faz a coleta desses resíduos na tentativa de minimizar os danos ambientais. Os pneus coletados ficam armazenados em Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 3: 76-95, 2018.

um galpão no interior da Secretaria e, posteriormente, são destinados à uma indústria de reciclagem, localizada no município de Feira de Santana-BA, de onde os materiais são reciclados e transformados em novos produtos, como asfalto de borracha, solas de calçados, dutos de águas pluviais, combustível alternativo em fornos de cimenteiras, tapetes para automóveis, pisos industriais, dentre outros.

Por fim, têm-se o “Projeto Eco-Junino”, que visa cadastrar catadores informais para trabalhar na coleta de materiais recicláveis no período das festas juninas. Os catadores cadastrados recebem kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para auxiliar na coleta dos recicláveis, além de alimentação nos dias da coleta. Somente no ano de 2016 foram coletadas 18 toneladas de materiais recicláveis, incluindo vidros, latas de alumínio e garrafas PET. Este projeto tem possibilitado que os profissionais comercializem os recicláveis e adquiram uma renda extra pelos serviços prestados, também tem contribuído para preservar o meio ambiente, já que em outra situação, esses resíduos seriam descartados incorretamente pela população, levando anos para se decompor na natureza.

De modo geral, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente lança mão de alguns recursos para informar a população acerca dos projetos citados acima, como espaços de mídia através de carros de som, divulgação em rádios locais, panfletos, folders informativos e no próprio site na Prefeitura Municipal.

Além desses projetos, a Secretaria realiza pequenas ações em eventos pontuais, como no mês junho em que se comemora o dia Nacional do Meio Ambiente, onde são realizadas palestras em parceria com alunos do Programa de Estágio. Durante este período, a Secretaria de Educação sinaliza as escolas em que os estagiários poderão executar atividades ambientais com os estudantes.

Ficou evidenciado por parte das duas Secretarias que serviram como campo de pesquisa que a principal dificuldade em desenvolver ações na área da EA é estimular a população a participar de suas ações. Sobre isso, os entrevistados afirmaram que:

Entrevistado 1 - (Coordenadora do Programa Despertar, Secretaria de Educação): A principal dificuldade que enfrentamos é envolver os alunos nos projetos que surgem no âmbito dos programas e eventos que realizamos nas escolas. Mesmo assim, percebemos que a grande maioria dos alunos estão dispostos a colaborar, o que já é um bom sinal. Em relação a população das comunidades rurais, temos notado o seu envolvimento junto aos projetos escolares, porém, evidenciamos que as escolas lutam para vencer o desafio da conscientização diariamente.

Entrevistado 2 - (Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente): Nós sempre alertamos a população a não jogar lixo em lugares

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 3: 76-95, 2018.

inadequados ou promover queimadas, mas infelizmente as pessoas deixam o meio ambiente em segundo plano, ou seja, não dão a devida importância. No projeto de arborização, por exemplo, as pessoas, às vezes, não permitem que plantemos as mudas próximas as suas residências, porque não querem ter o trabalho de ajudar no cultivo, ajudando a molhar as árvores. Nós temos lutado muito para realizar nossos projetos, que de alguma forma, traz benefícios para o município como um todo, mas a parte de conscientizar a população é uma batalha que sempre enfrentamos.

Constatou-se, adicionalmente, que o município não criou ainda a sua Política Municipal de EA conforme previsto na Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999), a qual salienta que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, devem definir diretrizes, normas e critérios para a EA, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. Os entrevistados declararam que não houve tempo suficiente já que, na gestão atual, não foi cogitada esta questão, além de estarem passando por um processo de transição na administração pública municipal. Todavia, as Secretarias afirmam que estão cumprindo a Legislação nº 9.795/1999 no momento em que fomentam a EA em projetos, programas e eventos que tem permitido não só a participação de estudantes no âmbito escolar, mas também o envolvimento da sociedade local na preservação, conservação e cuidado do meio ambiente.

De fato, a Lei nº 9.795/1999 afirma que cabe ao Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal incentivar a participação das escolas, de organizações não-governamentais e da população na formulação e execução de programas e atividades vinculadas ao meio ambiente (BRASIL, 1999). E, como pode-se notar, a Secretaria de Educação tem atuado no ensino da EA formal e indiretamente na não-formal, assim como a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente que executa o ensino da EA não-formal. Entretanto, é necessário que essas iniciativas não fiquem presas apenas em programas ou projetos, é preciso que o município vá além e crie sua própria política municipal, incluindo seus objetivos, princípios e metas que envolvam os indivíduos e a coletividade.

Fernandes e Jerônimo (2013) colaboram com a afirmação anterior salientando que, é fundamental a elaboração de políticas municipais específicas ou planos de ação na área de EA e sua inserção na educação escolar e na educação comunitária do cotidiano dos indivíduos, de modo que estes tenham a oportunidade de trocar conhecimentos e experiências que possibilitem a vivência do sentimento de pertencimento socioambiental e apresentem propostas de soluções para os problemas gerados pela sociedade na natureza.

Iniciativas Populares na Área da EA

No município ainda foi possível encontrar iniciativas oriundas da sociedade civil que fazem o trabalho de EA de forma independente do Poder Público, atuando no ensino não-formal. Dentre estas, têm-se a Associação Cata Renda Ambiental, também objeto de investigação no âmbito deste trabalho.

A Associação Cata Renda Ambiental iniciou as suas atividades no ano de 2007 por iniciativa de um grupo de aproximadamente 19 pessoas, com o objetivo de buscar melhores condições de trabalho e renda em virtude da realidade do desemprego que enfrentavam. Alguns desses indivíduos já trabalhavam informalmente na coleta de materiais recicláveis nas ruas e estabelecimentos comerciais e, dessa forma, viram na atividade de reciclagem a melhor alternativa para solucionar a problemática que enfrentavam.

Em 2010, os membros começaram a buscar parcerias a fim de propor estratégias para se fortalecerem, e foi assim que a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB) começou a apoiá-los.

Já em 2011, houve a formalização da Associação, com a criação da Ata de Fundação, Estatuto Social, registro na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Atualmente conta com um grupo de 06 associados em plena atividade, todos do sexo feminino, organizados da seguinte forma: 01 presidente, 01 vice-presidente, 01 tesoureira, 01 secretária, 01 membro do Conselho Fiscal e 01 Membro Efetivo. O empreendimento realiza atividades de coleta seletiva solidária em bairros, escolas, instituições públicas e privadas, universidades e estabelecimentos comerciais, com a finalidade de incentivar a população a colaborar com o meio ambiente, doando os recicláveis para que, posteriormente, sejam encaminhados para o galpão de triagem - de onde os materiais são tratados e comercializados, representando uma fonte de renda para os envolvidos.

A entrevista realizada com a Presidente desta entidade permitiu constatar que a INCUBA/UFRB, por sua vez, acompanha a Associação através de um projeto de extensão universitária, denominado “Projeto Cata Renda: Estruturação da Gestão Coletiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos em Cruz das Almas”. Na equipe há o envolvimento de docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) - campis de ensino da UFRB localizados em Cruz das Almas, além da participação de uma equipe técnica mediante o envolvimento de bolsistas e de estagiários voluntários (estudantes de Graduação e Pós-Graduação). Verificou-se que a INCUBA/UFRB ainda acompanha as ações da Associação com atividades de incubação a partir de processo sistematizado de assessoria, de organização social e produtiva, com o objetivo de estruturação do grupo para geração de trabalho e renda de forma sustentável.

De acordo com a Presidente, dentre as atividades desenvolvidas pela Associação pode-se destacar o Programa de EA, que possui três linhas de

ação no município. A primeira ação é a da coleta seletiva solidária de materiais recicláveis, que abrange alguns bairros, estabelecimentos comerciais e instituições públicas e privadas. São realizadas mobilizações de forma permanente nesses locais visando o fortalecimento e a participação contínua da população. A partir do ano de 2013, foi estabelecido um convênio de Cooperação Técnica com a UFRB, onde a coleta seletiva já havia sido implantada nos centros de ensino dos campis de Cruz das Almas e com a Embrapa Mandioca e Fruticultura, a qual destina todo o seu resíduo à Associação. A coleta seletiva porta-a-porta nos bairros e nos demais estabelecimentos são realizadas duas vezes por semana, assim como a entrega voluntária - que consiste no deslocamento das instituições para doar os recicláveis na própria sede da Associação.

A segunda ação é o “Programa de Educação Ambiental nas Escolas”, caracteriza-se como uma atividade continuada que começou a ser executada em 2012 com a colaboração da equipe do Projeto Cata Renda, tendo como finalidade incentivar o desenvolvimento da EA com enfoque na coleta seletiva de materiais recicláveis junto à professores e alunos de instituições de educação. São realizadas também, no âmbito desta ação, atividades ecológicas, onde estagiários da equipe do Projeto Cata Renda se dirigem até as escolas, uma vez por semana, para interagir com a turma escolhida, incentivando-a a participar de palestras e oficinas com destaque para o tema dos resíduos sólidos e colaborar com a coleta dos recicláveis. São implantados no interior das instituições de ensino, Postos de Entrega Voluntária (PEVs), onde a comunidade escolar deposita os resíduos que geram durante a semana. Os recicláveis são recolhidos semanalmente e destinados ao galpão de triagem. Além disso, as associadas também visitam as escolas a fim de incentivar a participação da comunidade institucional nesta ação.

Na entrevista com a Presidente, verificou-se que paralelo às atividades de coleta seletiva de materiais recicláveis, existe uma terceira ação desenvolvida pelo empreendimento que trata da coleta do óleo de cozinha usado. A organização passou a integrar, desde 2012, o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRB) juntamente com mais sete empreendimentos solidários do segmento da coleta seletiva. A experiência acumulada pelo CCRB nas discussões de políticas públicas voltadas para os segmentos dos catadores e da Economia Solidária, além da articulação e mobilização política, resultou da construção de um processo de aglutinação e fortalecimento dos empreendimentos. Essa parceria possibilitou à Associação a aquisição de um caminhão baú para coleta e comercialização dos resíduos e a criação do projeto “Coleta Seletiva de Óleos Vegetais e Gorduras Residuais”. Dessa forma, foram implantados PEVs de coleta do óleo no comércio local (bares, restaurantes, padarias e confeitarias), além dos campis de ensino da UFRB no município. Os estabelecimentos que fazem a doação recebem um selo que comprova sua parceria e recipientes para armazenar o produto até que a Associação Cata Renda realize a coleta. O óleo coletado é tratado e, depois, comercializado junto à Petrobrás, onde é transformado em combustível para veículos.

Revbea, São Paulo, V. 13, N° 3: 76-95, 2018.

A divulgação das ações citadas acima ocorre de forma permanente, sendo utilizados alguns métodos para informar a população, como panfletagem, utilização de carros de som e divulgação em rádios comunitárias, instrumentos estes, que contribuem para o reconhecimento da organização por parte dos habitantes locais.

Dentre as dificuldades que a Associação enfrenta no que se refere às ações de EA, destaca-se a mobilização da população.

Entrevistado 3 - (Presidente, Associação Cata Renda Ambiental): A gente divulga a coleta seletiva tanto nos bairros como nas escolas, mas as pessoas ainda mandam lixo no lugar de material reciclável. Não importa se o material reciclável estiver sujo, pode mandar. A gente só não quer lixo! Às vezes, a gente fica espantada, porque as escolas colocam lixo nos contêineres, se toda semana tem atividade do projeto lá. Nos bairros... a mesma coisa! Tem que colocar só o que for reciclável e não lixo, que não serve para nada.

Até a realização desta pesquisa de campo, a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, que está em processo de transição da gestão municipal, tinha um convênio de cooperação firmado com a Associação, a qual teve início no ano de 2010. Porém, o mesmo foi rompido, e a razão indicada foi à falta de recursos para auxiliar no pagamento do aluguel do galpão de triagem dos materiais recicláveis e manutenção do caminhão da coleta seletiva. Desse modo, as associadas decidiram, em reunião, paralisar as ações no município na reta final do ano de 2016, e em 2017 dialogar com a nova administração a fim de firmar uma nova parceria para a retomada das atividades.

Conclusões

Considerando-se a bibliografia e as entrevistas realizadas para a elaboração deste trabalho foi possível verificar que, no momento, são desenvolvidas ações em relação a EA e que estas contribuem para fomentar as práticas de natureza sustentável. Porém, mesmo havendo a articulação do Poder Público, através das Secretarias pesquisadas, verificou-se que o município em questão ainda não deu início a criação de uma política municipal específica que contemple esta área do saber.

Através da pesquisa de campo, foi possível avaliar que a EA vem recebendo a atenção dos órgãos competentes. Percebeu-se que as escolas estão conseguindo inserir a EA em seu cotidiano ao envolver os estudantes nas atividades que visam um meio ambiente socialmente justo e equilibrado. Além disso, a divulgação das ações junto à população contribui para o seu envolvimento nos projetos que dizem respeito à proteção e conservação dos recursos naturais.

Entretanto, o rompimento da Prefeitura Municipal com a Associação de catadores faltando apenas dois meses para uma nova gestão assumir a

administração municipal, demonstra a falta de comprometimento com as ações de iniciativa popular na área de EA. Esse desligamento afeta completamente as atividades do empreendimento e, consequentemente, abala as parcerias firmadas ao longo de todos esses anos com a população e com as demais instituições. A presente situação serve de reflexão sobre o fato de que, a população tem se organizado perante as causas ambientais, contudo o Poder Público ainda não está preparado para assumir a responsabilidade de apoiar programas independentes da sociedade civil que contribuem para o desenvolvimento local sustentável.

Acredita-se que esse artigo poderá contribuir para que os futuros gestores municipais possam elaborar as suas políticas de EA, incluindo estratégias que possam envolver a comunidade como um todo nas ações práticas, cientes de que se valendo da EA é possível proporcionar o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões (nacional, estadual e local). Essa constatação e as informações conclusivas apresentadas aqui, no entanto, não assumem caráter definitivo, tendo em vista que a realidade está em constante transformação e, dessa maneira, é importante que o tema abordado continue sendo pesquisado e debatido em novos estudos.

Esta pesquisa descreveu as ações de EA desenvolvidas em Cruz das Almas. Para tanto, os resultados de campo permitiram identificar os órgãos municipais envolvidos, os temas abordados e as principais ações realizadas nesse cenário. Todavia, o trajeto de pesquisa analisou apenas as ações junto ao Poder Público local e as atividades desenvolvidas por organização popular da sociedade civil. Portanto, recomenda-se a continuidade de pesquisas nesta área dentro do município, tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos junto à população local - que deve ser a maior interessada na implantação destes projetos, no intuito de saber como é a aceitação da mesma em relação as ações de EA desenvolvida pela Prefeitura Municipal e organizações populares.

Agradecimentos

À todos os entrevistados, pela disponibilidade nas entrevistas.

Referências

ADAMS, B.G. A importância da lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes. **Monografias Ambientais**, v. 10, n. 10, p. 2148-2157, 2012. Disponível em: <<http://cursa.ihmc.us/rid=1N59WQ6DM-2150RKB-22LB/LEI%209795%2099%20E%20DCN%20EDUC%20AMBIENTAL.pdf>>. Acesso em: 10 de set. de 2016.

BARBOSA, L.C. Políticas Públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2008, Brasília, **Anais...** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. de 2018.

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 3: 76-95, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**/Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.** Secretaria do Meio Ambiente. Salvador: EGBA, 2013. 168 p.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, A.L.B.; JERÔNIMO, C.E.M. Análise da implementação da política municipal de Educação Ambiental no município de Natal-RN. **Monografias Ambientais**, v.11, n.11, p. 2410-2425, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290980&search=bahia/cruz-das-almas>>. Acesso em: 10 de set. 2017.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2016.

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

MENDONÇA, P.R. Educação Ambiental como política pública: avaliação dos parâmetros em ação - meio ambiente na escola. 2004. 122 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

NEVES, A.J. Mapeamento e análise do estágio de conservação dos remanescentes de mata atlântica no município de Cruz das Almas, Bahia. 2014. 50 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

SILVA, J.A. Educação Ambiental: um estudo das contribuições do projeto de olho na água para a promoção do desenvolvimento local em Icapuí-CE. 2015. 118 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Despertar um Referencial em Construção.** Manual do Professor. SENAR - Administração Regional do Estado da Bahia: Salvador, 2016. 80 p.